

-----ATA N.º 277-----

----- Aos dois dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e dois, no salão nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, extraordinariamente, sob a presidência de Hermínio Pedro Marques Martins, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

1 Ordem do Dia-----

1.1 Relatório Final de Auditoria de Procedimentos -----

1.2 Relatório Preliminar da Auditoria Forense – Área Chave dos Recursos Humanos -----

----- O Presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e seis minutos e solicitou à segunda secretária que procedesse à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Veloso Martins da Silva-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
- Hermínio Pedro Marques Martins-----
- João Rodrigues Oliveira-----
- Jorge Manuel Henriques da Graça-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Maria Amaral Martins Pereira-----
- Maria Idalina Pereira Martinho-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Tânia Filipa Fernandes Pinheiro-----
- Foi, ainda, registada a presença dos seguintes membros que chegaram mais tarde:-----
- Almiro Silva Machado-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Cláudia Isabel Lopes Cruz-----
- Fernando Pereira Rodrigues-----
- Isabel Maria Martins Tavares-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Sandra Marlene Rodrigues Pereira-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo, Presidente; Ricardo Manuel Tavares da Silva, Paula Cristina Dias Coutinho, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa e Eliana Inês Tavares Machado, Vereadores.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** disse pretender fazer alguns esclarecimentos prévios. O primeiro deles para dizer que a sessão estava a ser realizada no salão nobre dos Paços do Concelho, e não numa das freguesias, pelo facto de não ter havido a possibilidade de tratar da logística atempadamente e, ainda, pelo facto de lhe ter parecido mais adequado realizar a sessão no salão nobre atendendo aos temas em concreto que iriam ser discutidos. Depois, e conforme já era do conhecimento do órgão deliberativo, referiu que a sessão extraordinária tinha sido marcada a solicitação do senhor Presidente da Câmara Municipal em cumprimento de uma deliberação do órgão executivo. De seguida, informou ter

recebido um pedido de substituição de Beatriz Manuel Lourenço Soares, que foi substituída por Júlio Martins Fernandes, e uma comunicação de Sérgio Soares da Silva a informar que iria fazer-se representar, nos termos da alínea c), do n.º 1, do artigo 18º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Tesoureira da Junta de Freguesia de Couto de Esteves, Maria Idalina Pereira Martinho.-----

----- 1 – Período da Ordem do Dia -----

1.1 Relatório Final de Auditoria de Procedimentos: - Conforme determina a alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi apresentado o Relatório Final da Auditoria de Procedimentos ao Município de Sever do Vouga.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito boa tarde a todas e a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, senhoras e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhoras e senhores Presidentes de Junta, comunicação social presente, público aqui presente, a todos muito boa tarde. No início do nosso mandato, fomos confrontados com situações complexas, relacionadas, alegadamente, com a falta de cumprimento de procedimentos em áreas-chave para a Câmara Municipal. Assumimos que, para uma excelente organização e estruturação dos serviços seria essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. A auditoria teve por base a análise à correta aplicação dos procedimentos internos da Câmara Municipal em seis áreas-chave e identificação de sugestões de melhoria no sentido de prevenir a ocorrência futura de eventuais irregularidades. Foi feita uma análise de processos e procedimentos nas áreas-chave consideradas genericamente relevantes. Foram elas os contratos de aquisição de bens e serviços e relações com fornecedores, contratos de empreitada, atribuição de subsídios, aquisição, administração e ordenamento do território, alienação e gestão de património camarário, aprovisionamento. É importante ter presente que a auditoria demorou mais tempo a ser realizada do que o previsto, muito mais tempo, aliás, face à inexistência de processos digitalizados e em suporte informático, bem como à não organização dos procedimentos, compilados, na sua totalidade, num arquivo. Temos agora conhecimento das irregularidades identificadas nas amostras analisadas e quais as melhorias a adotar, se queremos prevenir os interesses do Município e evitar constrangimentos futuros e inesperados. Sendo certo que temos, efetivamente, um muito árduo caminho pela frente e um muito longo caminho pela frente. Apesar disso, podemos e devemos trabalhar para assegurar o cumprimento dos procedimentos, melhorando a qualidade do serviço prestado, a satisfação dos nossos colaboradores e dos nossos munícipes. O relatório, sabemos, é extenso, mas é de fácil leitura. Importa referir que, desde a nossa tomada de posse, tentámos e conseguimos alterar muitos dos procedimentos identificados, sendo certo que teremos agora, de dar continuidade a esse espírito de mudança, e de modernização administrativa, no sentido de proporcionar um serviço eficaz e eficiente junto dos nossos munícipes, conseguindo, simultaneamente, manter motivados os nossos colaboradores. Estamos cientes de que, o nosso trabalho será árduo, mas não deixaremos de dar o nosso melhor, para, com o esforço de todos, conseguirmos evitar situações que possam criar constrangimentos e/ou eventuais responsabilidades para o Município. Por fim, não posso deixar de referir, que pese embora, o importante seja o trabalho que estamos a desenvolver para o futuro, que se espera ser de reconhecimento, este relatório espelha e evidencia um modo de gestão dos bens e valores públicos, sem rigor e sem salvaguarda dos interesses públicos, onde surgem identificadas várias situações de conflito de interesses, inclusive, que a meu ver, nunca deveriam ter sido ignoradas pelo anterior Presidente da Câmara que, mais uma vez, não está aqui presente. Não lhe estou a apontar o dedo, ou a criticar negativamente, limito-me a constatar o que está evidenciado por uma entidade independente e acreditada. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções e concedeu a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Tomamos conhecimento da realização das auditorias na sessão da Assembleia Municipal de dezembro de 2021. Tomamos conhecimento e congratulamo-nos com a existência das mesmas pois que são sempre um instrumento de análise dos procedimentos dos serviços, e ainda do estado dos serviços por áreas-chave. E consideramos fundamental a realização das mesmas porque, como bem se recordarão, nos mandatos anteriores, havia sempre pedidos de explicação, pedidos de informação, pedidos de documentos e tudo era tratado com muito enfado, de como estaríamos a fazer perder tempo a todas as pessoas que ali se encontravam ou trabalhavam nos serviços do município. Inclusive, éramos acusados de só olharmos para a forma, o formalismo, e, agora, temos estas auditorias a demonstrar as consequências dessa falta de formalismo. A auditoria de procedimentos pôs a nu aquilo que já vínhamos alertando há muito tempo, para a discricionariedade das decisões, maioritariamente com base em critérios subjetivos, à vontade de quem pede e de quem decide. Temos decisões não fundamentadas, pedidos não justificados, despachos não assinados, despesas não cabimentadas, muitas situações de claro conflito de interesses em que nunca houve uma verdadeira vontade política de controlar nada disto, foi um sacudir para debaixo do tapete, um silêncio para nada ser visto e lembrado. Esta auditoria de procedimentos mostrou claramente que foram tomadas muitas decisões ilegais, muitas decisões em claro prejuízo do Município, dos Severenses e do erário público. Sinto uma tristeza enorme por verificar que houve Severenses que depositaram a sua esperança e confiança em pessoas que nunca estiveram à altura do cargo que ocuparam, que olharam mais pela sua vida do que pela vida dos Severenses. Por isso mesmo, em face da gravidade do que vem expresso nesta auditoria consideramos que devem ser tiradas as devidas consequências e temos, em conjunto com o CDS-PP, uma tomada de posição sob a forma de recomendação, que passo a ler:-----

“Foi apresentado o Relatório Final da Auditoria de Procedimentos do Município de Sever do Vouga. Assim, considerando que:-----

Do Relatório Final da Auditoria de Procedimentos em várias áreas-chave, descritas no mesmo, resultam demasiadas situações muito graves, com claras ilegalidades cometidas por quem se encontrava no exercício de funções executivas, com claro prejuízo para o erário público e para os Severenses, do mesmo devem ser retiradas as devidas consequências. Propomos, como tomada de posição, seja deliberado por esta Assembleia Municipal, recomendar à Câmara Municipal que remete o presente relatório para o Ministério Público, para o Tribunal de Contas, para o IGAMAOT e para a Inspeção Geral de Finanças para os fins tidos por convenientes.”-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--

João Oliveira – Muito boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo Senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Após uma leitura atenta do Relatório Final de Auditoria de Procedimentos, constatámos que, na generalidade, os reparos efetuados pelo auditor têm como base erros processuais resultantes dos respetivos regulamentos e da sua colocação em prática pelos colaboradores de cada um dos serviços visados. Errar é humano. Só não comete erros quem nada faz. Não constatámos a existência de qualquer erro intencional ou com dolo, aproveitamento ou peculato. O grupo parlamentar do PS concorda com as sugestões de melhoria propostas pelo auditor e entende que as mesmas, a serem implementadas, poderão trazer melhoria de processos aos respetivos serviços. Permitimo-nos, no entanto, chamar à atenção para o aumento de burocracia e para os meios humanos necessários no caso de todas elas serem

postas em prática. Por este facto, a nosso ver, será de ponderar o custo/benefício de cada de cada uma das sugestões apresentadas. Queria, ainda, dizer que, da nossa parte, concordamos com aquilo que Diana Paiva referiu, não há qualquer problema em que seja enviado o relatório para as entidades que ela referiu. Concordamos. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a António Monteiro.-----

António Monteiro – Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, público aqui presente. Eu acho que, olhar para este relatório e tentar passar uma esponja sobre ele é algo que deveria envergonhar quem o tentou fazer. O que vem neste relatório é, particularmente, grave. É grave por diversas razões que eu acho que deveriam incomodar, em especial, a bancada do Partido Socialista e eu quero-vos dizer isto cara-a-cara. Eu acho que a maior parte dos componentes da bancada do Partido Socialista são pessoas sérias. São como nós. E, com toda a certeza, não se podem sentir confortáveis com aquilo que este relatório veio demonstrar em relação à forma como foi gerido o Município de Sever do Vouga e em relação àquilo que foram decisões que foram tomadas pela anterior Câmara do Partido Socialista e que eu tenho a certeza que, se não todos, pelo menos alguns, dos membros da bancada do Partido Socialista, nunca lhes passaria pela cabeça que teria sido feito assim. E vou-vos dar alguns exemplos porque eu acho que é importante que se saiba do que é que estamos a falar. Nesta Assembleia Municipal, no mandato anterior, foi-nos dito que era preciso fazer uma atribuição de um subsídio à Agim porque esse subsídio era consequência de uma deliberação, de um parecer da CCDR-C e que esse subsídio ia ser feito nesse mesmo sentido. Para resolver um problema que teria sido identificado. Neste relatório, temos acesso a esse parecer, que não nos foi dado quando tivemos a reunião da Assembleia Municipal e que, quer o CDS, quer o PSD, se abstiveram nessa deliberação. Nesse parecer o que é que é dito? Que é ilegal fazer aquela transferência e esse parecer foi escondido da Assembleia Municipal e a transferência foi feita e é ilegal. Este é um de muitos exemplos que podem ser dados. De documentos que noa foram assinados, da preferência pelos ajustes diretos na aquisição de serviços em vez de fazerem a consulta a, pelo menos, três fornecedores para obterem melhores preços. Na aquisição, alienação e gestão do património porque é que houve terrenos que foram alienados pelo Município a valor inferior ao valor do mercado? Porque é que não houve prevenção dos conflitos de interesses e tivemos membros da Câmara, o Presidente da Câmara, nomeadamente, a deliberar sobre matérias que foi alertado na Assembleia Municipal que não podia deliberar porque estava a votar em causa própria. Porque é que nós temos um vereador que, ao mesmo tempo que decide empreitadas, contrata seguros para essas mesmas empreitadas. E, desculpem-me, isto deveria envergonhar e não dá para passar uma esponja sobre este assunto. E é evidente que, quando olhamos para fornecimentos em que temos profusão de ajustes diretos, em que temos uma empresa em que é, não só, a primeira empresa em número de contratos, mas é número três em valores contratados por esta Câmara, e em que não há qualquer prevenção em matéria de conflito de interesses, não há, sequer, nos termos do Código de Contratação Pública, que nos termos do artigo 113º a obrigação de ver a quantidade de ajustes diretos que são feitos às mesmas empresas, quando temos cabimentos que não são assinados, portanto, não sabemos se foram feitos atempadamente ou não, ou seja, se havia dinheiro no orçamento para pagar ou não pagar determinadas obras, quando faltam autos de medição nas empreitadas, quando não há evidências de que os contratos foram cumpridos, quando no armazém não há prova, não há registo de que os materiais que foram contratados entraram e, por sua vez, saíram. Ninguém sabe o que é que foi adquirido, se entrou ou se saiu do armazém. Isto é, em muitos casos, gravíssimo. Não é um caso de errar é humano. Isso nós admitimos e temos respeito por quem tenta fazer e pode cometer erros. Não é isso que está em causa. O que está em causa, neste caso em concreto, foi o faltar vilanagem. Foi isso que aconteceu neste Município porque, eu digo-vos, com franqueza, eu quando olhei para este relatório percebi uma coisa. O Partido Socialista não estava preparado para

perder a Câmara. Não teve tempo para limpar a porcaria que, em termos procedimentais, andou a fazer durante quatro anos. Não adianta, agora, tentar fingir que nada se passou, que foram simplesmente uns errozinhos. Esta Câmara tem, evidentemente, problemas graves de organização, problemas graves na gestão destes processos, que obrigam à atual Câmara a tomar, na minha opinião, e por isso secundamos a recomendação, aquilo que é o seu dever. Aliás, digo-vos, com franqueza, é o dever, na minha opinião, de qualquer titular de um cargo público, que é transmitir às entidades competentes aquilo que considera que podem ser situações que merecem investigação dessas entidades. E há, sem dúvida, questões que merecem investigação criminal, daí dizer-se que é preciso participar ao Ministério Público. Há matérias que têm a ver com o Tribunal de Contas, que pode levar à aplicação de multas e à responsabilidade reintegratória e há, também, matérias que têm que ser comunicadas à Inspeção Geral de Finanças e IGAMAOT, também, e que não podem ser qualificadas, aqui, como um mero erro porque, quem teima no erro, quem foi alertado nesta Assembleia Municipal para que não o podia fazer e fez, teimou em fazer, errou conscientemente. Errou sabendo que o que estava a fazer é ilegal e tem que ser responsabilizado por isso. Mas, mais importante do que isso, também, vos quero dizer o seguinte: é importante que não se volte a repetir. Por isso, é importante que esta Câmara mude a forma como tem funcionado e aproveite aquilo que são as informações deste relatório para que, naquilo que são os procedimentos internos, os regulamentos que, eventualmente, tenha necessidade de nos trazer novamente à Assembleia Municipal, nomeadamente o regulamento de subsídios, os regulamentos de despesas, e toda essa matéria tem que ser revista e tem que ser posta em ordem porque o futuro depende daquilo que nós soubermos fazer neste momento. Uma coisa é esconder a cabeça debaixo da areia e tentar não ver o que aconteceu, que é gravíssimo. Há indícios de matérias criminais, aliás, no próprio relatório nos chamam a atenção que há processos que não tiveram acesso porque estão em segredo de justiça no âmbito de investigação criminal, portanto, é evidente que não teremos acesso a essa informação, mas, um dia, essa investigação produzirá frutos, mas é importante que não volte a acontecer e eu digo-vos, com franqueza, que, olhar para este relatório e perceber, às vezes, tantas coisas como aqui foram chamadas à atenção na reunião da Assembleia Municipal, um passadiço que foi contratado e que, depois, não chegava o comprimento do passadiço. Foram contratados trabalhos a mais e depois não foram contratualizados porque não tinha o comprimento necessário e acham que isso é “errar é humano”? Desculpem, isto tem responsáveis e nós, para olharmos em frente com confiança, temos que mudar os procedimentos e quem é responsável tem que assumir as responsabilidades. Não adianta o Partido Socialista tentar disfarçar as suas responsabilidades aqui, que eu volto a dizer que não tenho dúvidas quanto à seriedade pessoal dos membros da Assembleia Municipal, do Partido Socialista, que aqui estão presentes, mas não podem, é politicamente continuar a sustentar e a apoiar quem teve estes comportamentos. Portanto, o Partido Socialista tem aqui uma opção muito clara. Ou separa as águas, em relação a quem fez isto em nome do Partido Socialista, ou é conivente com o que aconteceu. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal pediu a Diana Paiva para entregar a recomendação à Mesa para que a mesma pudesse decidir da sua admissibilidade ou não. Feita a entrega do documento, o Presidente da Assembleia Municipal registou que o documento propunha que a Assembleia Municipal tomasse uma posição no sentido de recomendar à Câmara Municipal o envio do Relatório Final de Auditoria de Procedimentos ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, ao IGAMAOT e à Inspeção Geral de Finanças para os fins tidos por convenientes. A Mesa admitiu o pedido de recomendação, pelo que o Presidente da Assembleia Municipal colocou o mesmo à apreciação das bancadas. Não havendo inscrições, a recomendação foi colocada à votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, David Alves, Diana Paiva,

Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, João Oliveira, Jorge Graça, José Sousa, José Lemos, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Renata Marques, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.

Uma abstenção – Maria Martinho.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Desde que nós tomamos posse, há dez meses, temos sido confrontados, diariamente, com uma série de questões, como já referi, algumas mais complexas do que outras, e temos encarado de frente, sempre, os problemas e nunca nos temos refugiado nos outros para os resolver. É evidente que, se tivesse havido uma transição pacífica e normal, uma transição séria entre as pessoas, e se tivessem chegado à nossa beira e nos tivessem dito o ponto de situação da Câmara é este, nós poderíamos ter partido muito mais cedo para a resolução dos problemas. Mas, quero dizer, claramente, que acho que estava montada uma estratégia, e bem montada, para que, daqui a um ano, um ano e meio, o responsável por todos estes problemas, muitos deles que estão neste relatório, fosse eu. Se não tivesse sido pedida a auditoria às obras, que foi pedida, daqui a um ano Sever do Vouga não tinha dinheiro nem para pagar a eletricidade e o culpado era eu e a estratégia montada era essa. Se não tivesse sido pedida esta auditoria de procedimentos, na próxima inspeção da Câmara, e que vai haver certamente, porque o que não falta para aí são denúncias anónimas com que já fomos confrontados, enquanto o Partido Socialista, durante dez anos, não teve uma única inspeção, quando houvesse uma inspeção à Câmara Municipal a responsabilidade era minha. Aqueles que tentaram montar esta estratégia para que daqui a um ano, um ano e meio o culpado de todo o mal de Sever do Vouga fosse o Pedro Amadeu Lobo, eu quero dizer-vos, olhos nos olhos, não contem comigo para isso. Eu estou aqui independentemente das ameaças, das bruxarias, do que vocês queiram fazer, para defender os interesses de Sever do Vouga, os interesses dos Severenses, para defender os interesses de todos vós. Relativamente ao Partido Socialista, quero dizer o seguinte: tenho o máximo respeito pelas pessoas aqui presentes, não duvido da honestidade de nenhum de vocês. Tenho uma profunda amizade pelo João Oliveira, mas quero-lhe dizer que, atirar responsabilidades para os colaboradores dos serviços é uma postura de falta de ética e de boa-fé. A responsabilidade é sempre do executivo. Há dias, estive numa reunião com colaboradores do Município que, para quem não sabe, nunca foram avaliados, a quem lhes tinha sido dito que a avaliação relativamente ao biénio 2019/2020 estava completamente feita, mais uma vez, tinha-lhes sido mentido. Não estava feita. Tinha que estar concluída até abril de 2021. Os procedimentos não estavam feitos e a pergunta era quem era responsável. E eu respondi que o responsável é sempre o Presidente, é sempre o executivo. E um Presidente da Câmara que não se põe à frente para defender os interesses dos seus colaboradores é um Presidente que não serve os interesses do Município. Eu nunca acusarei os meus colaboradores de nada. A responsabilidade é sempre minha. Enquanto eu for Presidente da Câmara, a responsabilidade é minha e estou aqui preparado para assumir as minhas responsabilidades, mas, como eu sempre disse, não assumo as responsabilidades dos outros. Só para terminar a minha intervenção, nós temos feito muito ao longo deste ano. Temos feito muito, não temos sabido, se calhar, comunicar da melhor forma, mas vamos fazê-lo com certeza. Temos feito muito trabalho de casa porque não é fácil pegar numa casa completamente desarrumada, começar do menos vinte, não é do zero, é começar do menos vinte, e começar a orientar as coisas. Mas, eu quero deixar claro que isto não vai acabar. Isto vai continuar a acontecer. Vão continuar a acontecer casos, vão continuar a acontecer ameaças, vão continuar a acontecer bruxarias, vai continuar a acontecer tudo. Porque é assim. Porque há muitos interesses que, durante muitos anos, estiveram aqui instalados e que lhes custa ver que há pessoas que não se cumbem, não baixam a cabeça e que enfrentam, de peito aberto, esses interesses. E é só isso que eu quero dizer a essas pessoas. Eu não tenho medo de vocês. Eu estou aqui para defender os

interesses dos Severenses e podem contar comigo para isso. Agora, estou aqui para falar a verdade. Foi, também, feita uma auditoria forense. Apenas uma das áreas-chave foi analisada. Há mais sete áreas-chave. Eu acho muito bem que, a partir deste momento, as entidades próprias investiguem o que têm para investigar. Se acharem que está tudo bem, digam-me, por favor, porque eu acho que é na altura para eu não continuar neste país, digo-vos francamente. Se, perante aquilo que está aqui escrito está tudo bem, então sou eu que estou aqui mal porque eu não compactuo com aquilo que está aqui escrito, nem vou tentar passar uma esponja e fingir que o que está aqui não é grave e que o que está aqui não é, de facto, uma ofensa, uma falta de lealdade para com os Severenses e não foi, de facto, uma manifestação clara de que quem aqui esteve, esteve claramente a defender os seus interesses e esteve-se a borrifar para os interesses dos Severenses durante vários anos. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu o ponto por concluído e passou ao segundo ponto da Ordem de Trabalhos.-----

1.2 Relatório Preliminar da Auditoria Forense – Área Chave dos Recursos Humanos: - Para cumprimento do estipulado na alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi submetido ao órgão deliberativo o Relatório Preliminar da Auditoria Forense – Área Chave dos Recursos Humanos. O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu o facto de o documento estar rotulado de confidencial e conter nomes de pessoas, pelo que pediu que as intervenções sobre o assunto não fizessem referência a nomes atendendo ao dever de reserva e de sigilo que assiste ao órgão deliberativo. Disse ser apenas um alerta que entendeu por bem fazer, não querendo, com isso, dar lições ou exercer qualquer paternalismo, uma vez que todos conheciam os seus deveres funcionais. De seguida, passou a palavra ao Presidente da Câmara Municipal.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Uma breve introdução. No início do nosso mandato, fomos confrontados com situações complexas, relacionadas, alegadamente, com irregularidades em áreas chave para a Câmara Municipal. Assumimos que, para uma excelente organização e estruturação dos Serviços é essencial conhecer com rigor os procedimentos, identificar eventuais falhas e adotar procedimentos de melhoria. A Auditoria forense teve por base a análise às Áreas-chave consideradas genericamente relevantes: recursos humanos; contratos de aquisição de bens e serviços, contratos de empreitada, atribuição de subsídios, aquisição, alienação e gestão de património camarário, processos de contraordenação, aprovisionamento. Importa referir que esta auditoria está a demorar tempo a ser realizada do que o previsto, face à inexistência de processos digitalizados e em suporte informático, bem como à não organização dos procedimentos, compilados, na sua totalidade, num arquivo. No final da análise de cada área chave, os auditores emitem um relatório preliminar sobre essa área, o qual será integrado no relatório final, considerando-se que este relatório preliminar é o final por cada área chave analisada. O que eu quero dizer com isto é que este relatório, que hoje está aqui analisado, não sofrerá alterações. É um relatório preliminar porque faltam mais áreas-chave, portanto, não me venham dizer que vai sofrer alterações, que é preliminar, não. O que está aqui escrito é o que ficou. Este relatório relativamente à área dos Recursos Humanos está concluído. Falta concluir os restantes, portanto, o relatório total e final incluirá oito áreas-chave, oito relatórios preliminares. Face ao teor do relatório preliminar desta área chave, entendi ser meu dever, partilhar de imediato com os órgãos do Município, garantindo que todos possam conhecer e tomar posição sobre o conteúdo do mesmo. Para além do meu dever, é uma obrigação legal fazê-lo. Assim, hoje, apresentamos o relatório preliminar da auditoria forense da área chave dos recursos humanos realizada. Temos agora conhecimento das irregularidades e ilegalidades identificadas nas amostras analisadas nesta área chave, se queremos prevenir os interesses do Município e evitar constrangimentos futuros e inesperados. Devemos trabalhar para assegurar a legalidade dos nossos atos e procedimentos. Como Presidente da Câmara, considero que mais do que encontrar culpados, o nosso foco deve ser conseguir dinamizar

os nossos serviços, dando-lhe condições técnicas e humanas para se almejar o sucesso. Sem condições, os colaboradores não poderão dar o seu contributo. Quando me falam em burocracia, quando me falam em ter que contratar mais pessoal, os colaboradores não têm que trabalhar quinze, dezasseis horas, aí é evidente que vão ter erros. Têm que ter ajuda. É necessário funcionários para fazer as coisas e há procedimentos, mas se acharem que assinar um ofício é uma burocracia, então aí estamos mal. Os procedimentos existem para que se cumpram as legalidades. As coisas têm que ser feitas. Se demorar mais dez segundos, demora mais dez segundos. Mas, a verdade é que, se houver uma forma eficaz de trabalho, em pouco tempo se resolve isso. Não posso esquecer que no dia 11 de agosto reuni com todos os colaboradores da Câmara Municipal, por não ter sido realizada a avaliação de desempenho nos termos do SIADAP no biénio 2019/2020, a qual deveria ter sido concluída em abril de 2021. Esta situação prejudica gravemente os colaboradores. Esta situação prejudica, gravemente, os colaboradores e vocês sabem que prejudica, sobretudo, aqueles colaboradores que têm ordenados mais baixos. Aqueles que nunca foram ajudados por ninguém. Aqueles que chegam ao fim do mês, que dão a cara pela Câmara, todos os dias andam com casacos a dizer Câmara Municipal e que o anterior executivo nunca quis saber deles para nada. E a verdade é essa. Preocupa-me que estas irregularidades possam afetar o bom nome da Câmara e o funcionamento desta organização, mas acredito que, com o esforço de todos, conseguiremos implementar uma nova estrutura orgânica que corresponda às reais necessidades da nossa organização. Por fim, não posso deixar de referir, que pese embora, o importante seja o trabalho que estamos a desenvolver para o futuro, que se espera ser de reconhecimento, este relatório espelha e evidencia um modo estar na política, sem rigor e sem salvaguarda dos interesses públicos, onde surgem identificadas várias situações de ilegalidades e irregularidades, inclusive, que a meu ver, nunca deveriam ter sido ignoradas pelo anterior Presidente da Câmara. Muito obrigado, senhor Presidente.-----

O Presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenção. Concedeu a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Eu estou aqui, neste momento, para entregar um requerimento à Mesa. o requerimento refere o seguinte: *“O grupo parlamentar do Partido Socialista vem, muito respeitosamente, requerer uma alteração à Ordem de Trabalhos desta Assembleia Municipal. Vimos solicitar que seja retirado o Ponto 1.2 Relatório Preliminar da Auditoria Forense – Área-Chave dos Recursos Humanos, pelos seguintes motivos: porque se trata de um relatório preliminar e confidencial, portanto sujeito à alteração das suas conclusões. Porque foi submetido a esta Assembleia, pelo órgão executivo, ao abrigo da alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e aquela lei refere que, e passo a citar “Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias”. Por ser um relatório preliminar, no nosso entender, não se enquadra nesta lei. E, ainda, porque o Regimento da Assembleia Municipal, na alínea j), do artigo 15º, refere como direito da Assembleia Municipal “conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias aos órgãos e serviços municipais” e é-nos solicitado que tomemos posição sobre um relatório preliminar, com a agravante de ser também confidencial.”-----*

Presidente da Assembleia Municipal – Antes de dar a palavra aos restantes inscritos, permitam-me que diga o seguinte. Este ponto da Ordem de Trabalhos foi questionado, por mim, antes de assinar a Ordem de Trabalhos e o que me foi explicado é que, e penso que o senhor Presidente da Câmara também já disse isto, é que há várias áreas da auditoria e a área da auditoria relativa aos Recursos Humanos está fechada. Este relatório é definitivo e não sofrerá alterações. Por essa via, é obrigação da Câmara dar conhecimento dos relatórios de auditoria à Assembleia. O facto de aparecer a sigla “confidencial”, à partida, todos os relatórios são confidenciais, por isso aquele meu alerta que referi, há pouco, este com uma agravante porque tem nomes de pessoas, portanto, logicamente, nós temos essa

obrigação e esse dever de sigilo e de reserva em relação a esta matéria. De todos os modos, e antes de dar a palavra aos inscritos, a Mesa entende admitir o requerimento por uma questão de princípio e de dar a oportunidade de o assunto ser discutido e vou, ao abrigo, porque isto não é uma interpelação à Mesa, não é um requerimento à Mesa, eu vou admitir o requerimento nestes termos e vou dar a palavra às restantes bancadas para se pronunciarem sobre o mesmo ao abrigo do artigo 21º, n.º 1, alínea l) do Regimento. Estão abertas as inscrições para se pronunciarem sobre este requerimento apresentado pelo PS.---

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Muito obrigada, senhor Presidente da Mesa. Nós entendemos que, de todas as explicações que já foram dadas, apesar da denominação de ser relatório preliminar esta área chave está fechada, portanto, é um relatório final quanto à área chave dos Recursos Humanos que pode e deve ser discutido, pode e deve ser tomada posição e, no nosso entendimento, não faz sentido ter conhecimento do relatório. Confidencial, todos nós aqui temos noção das responsabilidades que temos nos nossos cargos, neste cargo específico, e que o que tratamos aqui com nomes de pessoas é confidencial, quer diga que é confidencial ou não. É nossa obrigação esse dever de reserva, tanto mais que, no relatório anterior, também o que recebemos é confidencial, é dito que é dirigido, exclusivamente, à Câmara Municipal e à Assembleia Municipal e não poderemos estar a divulgar o conteúdo do mesmo fora desta casa. No nosso entendimento, este ponto deve continuar a constar da Ordem de Trabalhos e deve ser discutido e não devemos relegar para outra altura que poderá trazer outras consequências mais graves do que aquelas que já sabemos que lá constam. Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.---

António Monteiro – Muito boa tarde, senhor Presidente da Mesa. Senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, senhor Presidente da Câmara, senhores vereadores. Estamos a discutir, aqui, um requerimento para que não se discuta, para que não se conheça, para que não se fale e, desculpem lá que vos diga, com toda a franqueza, se há algo que é necessário é mais transparência, é que se discuta, é que se fale e, aliás, o senhor Presidente teve oportunidade de ver, no ponto anterior, conseguimos discutir tudo sem mencionarmos os nomes. Ninguém mencionou, aqui, um único nome. Soubemos discutir tudo sem colocar em causa o nome de ninguém. Ora, vamos à questão da confidencialidade. Este é um órgão do Município que tem o seu papel próprio que sabe respeitar, como já demonstrou no ponto anterior, que sabe respeitar e dá-se ao respeito naquilo que são estas regras de funcionamento destas auditorias, mas não podemos deixar de registar que, na Câmara Municipal, os senhores vereadores do Partido Socialista votaram contra o agendamento deste relatório e agora temos o Partido Socialista a requerer que não se discuta, que não se fale, que não se conheça. E faz isso depois do Presidente da Câmara ter feito a apresentação do relatório. Senhor Presidente da Mesa, no mínimo teria tido o cuidado de fazer essa apresentação do requerimento antes do senhor Presidente falar. O debate foi iniciado. Neste momento, é prerrogativa de qualquer um dos membros desta assembleia, poder se pronunciar sobre uma matéria sobre a qual o senhor Presidente da Câmara já se pronunciou. E já foi aqui dito, pelo senhor Presidente da Câmara, pelo senhor Presidente da Mesa, que este relatório é definitivo em relação a esta matéria e que não irá ser alterado. Mas, também vos digo, com toda a franqueza, o seguinte: eu registei que, durante o mandato anterior, não só nunca nos foram fornecidos quaisquer relatórios, se calhar não houve, como também não nos foram fornecidos quaisquer pareceres daqueles que, pelos vistos, existiam e nos diziam que não existiam ou não nos quiseram fornecer. Aquilo que eu posso dizer é que, quem pode o mais, pode o menos. A Câmara está muito bem ao dar esta informação à Assembleia Municipal, ainda que não fosse definitiva, mas é. Grave, grave, é ter escondido à Assembleia Municipal todas as informações que deviam ser do nosso conhecimento, no mandato anterior, e que agora nós estamos a ter conhecimento delas. Senhor Presidente, com toda a franqueza, em relação a esta matéria, não temos a menor dúvida que, face até ao debate que ocorreu ao longo do último ano do

mandato de 2020, finais de 2020 e 2021, que faz todo o sentido que este debate seja tido nesta assembleia como, aliás, já provámos que sabemos ter este debate. Sabemos discutir os assuntos sem fulanizar os assuntos. Sem pôr os nomes, sem pôr em causa a confidencialidade. Este relatório é, para nós, pelas informações que recolhemos, claramente definitivo e é um direito da assembleia. O que me choca é haver um partido que hoje é oposição, não querer exercer aquilo que, naturalmente, é um direito da oposição, que é conhecer os relatórios da auditoria sobre a Câmara que é suposto fiscalizar. Ah, pois é, é que os erros não são desta Câmara, são da Câmara que eles apoiavam. Temos pena. Temos pena, mas esse não é o nosso problema, é o vosso.-----
Não havendo mais inscrições sobre o requerimento de exclusão da Ordem de Trabalhos do ponto 1.2 o **Presidente da Assembleia Municipal** colocou o requerimento à votação, tendo o mesmo sido reprovado por maioria.-----

Vinte votos contra – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, José Lemos, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Seis votos a favor – David Alves, João Oliveira, Jorge Graça, Júlio Fernandes, Luís Pedro e Renata Marques.-----

Duas abstenções – José Sousa e Maria Martinho.-----
Terminada a votação, foram retomadas as intervenções sobre o ponto em apreço, tendo o **Presidente da Assembleia Municipal** concedido a palavra a Diana Paiva.-----

Diana Paiva – Renovo os cumprimentos de há pouco. Este último relatório, embora preliminar, é já um relatório final quanto a esta área chave de auditoria, pelo que podemos e devemos, e estamos a fazer, tomar posição quanto ao mesmo. No seguimento do já anteriormente dito, consideramos que foram tomadas decisões sem respeito legal e formal dos procedimentos quanto a recursos humanos com documentos de conteúdo duvidoso e que colocam, agora, pessoas alheias a todas estas situações numa posição fragilizada. Estamos a falar de pessoas a quem foram criadas expectativas num período sensível de gestão autárquica, as quais estarão, perante o que este relatório pôs a nu, supomos nós, a viver agora tempos de ansiedade, que reconhecemos estarem neste processo de boa-fé. Por isso mesmo, tendo presente o teor do relatório, o PSD, juntamente com o CDS-PP, tem uma proposta de tomada de posição sob a forma de recomendação que passo a ler:-----

“Foi apresentado o relatório final da auditoria forense da área chave de recursos humanos que já não irá ser alterado, do Município de Sever do Vouga. Assim, considerando que: Do relatório desta auditoria resulta uma tomada de decisões de carácter duvidoso as quais terão influência negativa tanto na vida de pessoas que estão neste processo de boa-fé, como até mesmo no erário público. Propomos, como tomada de posição, seja deliberado por esta Assembleia Municipal, recomendar à Câmara Municipal, mais propriamente ao seu executivo, que elabore, urgentemente, uma nova estrutura orgânica adequada às reais necessidades do município e, conseqüentemente, todos os instrumentos e formalismos legais necessários.” Muito obrigada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a António Monteiro.---
António Monteiro – Muito obrigado, senhor Presidente da Mesa. Senhor Presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores. É bom lembrar, às vezes, o passado, e lembrar o que aconteceu no mandato anterior. E esta questão do pessoal do Município de Sever do Vouga sofre de um pecado original. Qual é esse pecado original? O pecado original é que a avaliação dos funcionários da administração local autárquica compete, antes de tudo o mais, e é competência conferida pela Lei, ao senhor Presidente da Câmara. Essa avaliação, que é o SIADAP, esta sigla meio complicada que não indica o que é, mas é bom traduzirmos, é responsabilidade, antes de tudo o mais, do Presidente da Câmara e há ciclos de avaliação. Aquilo que nós sabemos é que não foi feita a avaliação aos funcionários como devia ter sido feita nos termos da lei. E o que é que acabou por acontecer e que nós tivemos oportunidade de discutir na Assembleia Municipal? Foi feito,

e desculpem-me a expressão, um remendo mal-amanhado que passou por pegar na estrutura do Município e inventar cargos dirigentes para permitir, dessa forma, pagar mais a uns funcionários do que se pagava a outros e o preenchimento desses cargos, basta olhar para o relatório que têm na vossa mão, naquilo que foi a forma de os preencher, é passível de críticas quanto à forma como o júri funcionou na escolha dos funcionários. Mas, pior ainda, tem o tal pecado original que é esta reorganização do Município não foi feita para pôr o Município a funcionar melhor, para servir os Severenses, foi feita para acomodar situações de vencimentos de funcionários. Não são dirigentes, são funcionários na realidade. Por isso é que eu utilizei a expressão em relação àquilo que foi a reorganização que foi apresentada aqui no mandato anterior, que a reforma que estava a ser apresentada criava mais chefes do que índios. E qual é a constatação que nós temos, hoje em dia? É que, evidentemente, há tantos chefes, que há chefes sozinhos que, nem sequer, um funcionário para trabalhar com eles têm. E isso, evidentemente, tem consequências para o Município no seu funcionamento porque tem uma estrutura que não é eficiente. A culpa é dos funcionários? Bom, em primeiro lugar, a culpa é de quem resolveu apresentar esta organização à Assembleia Municipal e quem conseguiu a sua aprovação e quem a aprovou. Não foi o caso do CDS. Tivemos o cuidado de votar contra e votámos contra, como se vê, não só porque era errada do ponto de vista da organização do Município ter tantos chefes, geralmente quando se puxa um cobertor para o peito destapa-se os pés, quando se puxa um cobertor para os pés destapa-se o peito, o que aconteceu é que este cobertor ficou tão fininho que, quando se puxa, rasga. O que nós temos é um cobertor que está rasgado porque não tem, sequer, a espessura mínima para poder funcionar. Esta dificuldade, depois, em ter acesso à informação de processos que deveriam ser absolutamente transparentes, que deveriam ser públicos, disponíveis para que as pessoas pudessem concorrer livremente, para que houvesse critérios sindicáveis do júri para que pudessem ser aferidos e verificados se, efetivamente, deveria ser aquela a pessoa a ocupar o lugar ou não, nada disso aconteceu nestes processos. Eu nem vos vou maçar a descrever, sem citar nomes, com todo o cuidado, as inúmeras situações que constam dos anexos que nos foram fornecidos. Mas, senhores deputados, senhores membros do Partido Socialista, podem ver. Todos nós podemos ver. E, com toda a franqueza, a culpa é dos funcionários? A culpa é de quem decidiu fazer assim. Quem não cumpriu, antes de tudo o mais, o dever que tinha de avaliar os funcionários para que pudessem progredir na carreira e receberem o vencimento, os melhores, aqueles que deviam ser promovidos, de acordo com aquilo que a lei previa, e inventou um remendo em cima das eleições e que, nesta assembleia, tivemos o cuidado de dizer que era inadmissível, em ano de eleições, estarem a fazer o que estavam a fazer, e resolveu fazer isto. Esta matéria é, antes de tudo o mais, de única e exclusiva responsabilidade da Câmara Municipal e do seu Presidente. A Assembleia Municipal pronuncia-se sobre o quadro e a organização. Foi o que fizemos. Votámos contra. Os senhores do Partido Socialista aprovaram. Não funciona, há ilegalidades, inclusivamente, no regulamento que foi aprovado e carecem de ser corrigidas. A restante matéria nós podemos fiscalizar, mas a responsabilidade é de outro órgão. É da Câmara e, especialmente, do Presidente da Câmara. E, aí, as responsabilidades são de quem presidiu à Câmara no mandato anterior e que entendeu apresentar uma proposta de organização que não faz qualquer sentido e nunca fez qualquer sentido ter aquela organização. Que o fez porque falhou nos seus deveres enquanto dirigente máximo dos serviços, que hoje não está aqui presente e deveria estar, que na Câmara Municipal votou contra esta proposta vir à reunião da Assembleia Municipal porque, pelos vistos, não quer ser avaliado pelos erros que cometeu e que, com toda a franqueza, carece de ser corrigido urgentemente porque é preciso que o Município funcione, antes de tudo o mais, de forma eficiente para servir os Severenses e não para acomodar os interesses de alguns e essa é uma matéria que, claramente, sempre nos distanciou do Partido Socialista no que diz respeito à organização do Município e, por isso, é com pena, mas também com uma sensação de que era óbvio

que ia ser assim, que recebemos o relatório relativo aos Recursos Humanos do Município. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira – Mais uma vez, muito boa tarde a todos. Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da Mesa, excelentíssimo senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo, membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta de Freguesia, comunicação social, meus senhores e minhas senhoras. Não nos parece razoável a divulgação de um relatório preliminar e confidencial. Apesar do senhor Presidente da Câmara Municipal nos ter transmitido que o relatório é final, no nosso entendimento é preliminar. Por ser preliminar, naturalmente está sujeito a alteração das suas conclusões, que são matéria confidencial. O Relatório Preliminar da Auditoria Forense foi submetido a esta Assembleia, pelo órgão executivo, ao abrigo da alínea g), do n.º 2, do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, conforme refere a certidão que o acompanha. Aquela lei refere que, e passo a citar “*Compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, conhecer e tomar posição sobre os relatórios definitivos resultantes de ações tutelares ou de auditorias*”. Foi-nos apresentado um relatório preliminar e confidencial e não um relatório definitivo como refere a lei acima transcrita pelo que, no nosso entendimento estamos perante uma ilegalidade e, por esse facto e porque o relatório é preliminar, não iremos pronunciar-nos sobre o mesmo. Que não restem dúvidas de que teríamos todo o gosto em participar na apreciação deste relatório mas, pelos motivos expostos, em consciência, entendemos que neste momento não o deveremos fazer. Estamos disponíveis para discutir um relatório final. Relativamente aos colaboradores da Câmara Municipal, entendemos que são competentes e esforçados e merecem todo o nosso respeito e admiração. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nós não pretendemos votar este ponto, pelo que agradeço o senhor Presidente que nos informe se deveremos nos ausentar no momento da votação ou se poderemos permanecer aqui.-----

O Presidente da Assembleia Municipal informou que, se não pretendessem votar, basava fazer essa declaração. De seguida, passou a palavra a António Dias.-----

António Dias – Excelentíssimo senhor Presidente da Mesa, senhores membros da Mesa, senhor Presidente da Câmara, senhores membros da Câmara, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores Presidentes de Junta, meus senhores e minhas senhoras aqui presentes, comunicação social. Falando sobre relatórios, com é óbvio, um relatório que seja preliminar, ou não, está aqui apresentado, tivemos o tempo mais do que suficiente para o analisar. Como é óbvio, alguém é responsável por ele. Não somos nós. É a Câmara Municipal. Se a Câmara Municipal o envia aos membros da Assembleia Municipal é sinónimo que alguma coisa se passa. Segundo ponto, goste ou não se goste, é o relatório. Critique-se ou não se critique, é o relatório. Estamos aqui para o analisar e avaliar. Como é óbvio, há quem goste e há quem não goste. Quem não gosta, não come. Quem gosta, come. Estamos a brincar, mas é verdade. É óbvio que, quem está, neste momento, na oposição, Partido Socialista, se calhar não gosta. Que há factos aqui que, se calhar, devem ser comunicados ao Ministério Público, devem. Devem ser comunicados ao IGAMAOT, devem. Devem ser comunicados ao Instituto de Finanças, devem. Minha gente, isto é assim – quem não gosta, até se pode ausentar, por mim, estou plenamente de acordo. Senhor Presidente, há aqui matérias que você, como Presidente da Assembleia Municipal, nem devia estar à espera da Câmara Municipal. É comunicar, ponto. Nós estamos aqui unicamente a analisar pontos. São relatórios, senhor Presidente da Câmara, senhor Presidente da Assembleia Municipal, não espera pela Assembleia Municipal, comuniquem. Há aqui, eventualmente, não sei, não sou jurista, matérias suscetíveis de interpretação jurídica que, eventualmente, condenem alguém, portanto, tem uma coisa a fazer e o senhor é jurista. Comunica-se a quem de direito. Obrigado, senhor Presidente.---
De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** deu a palavra a Pedro Mendes.-----

Pedro Mendes – Senhor Presidente da Mesa e restantes membros, senhor Presidente da Câmara, senhoras vereadoras e senhores vereadores, senhoras deputadas municipais, senhores deputados municipais, senhora Presidente de Junta, senhores Presidentes de Junta, restante público presente. Fazia uma intervenção focada em dois pontos. Eu creio que é importante referir aqui algo muito importante. O senhor Presidente da Câmara, entre aspas, colocou o pescoço no cepo, ou seja, disse que ele, enquanto Presidente da Câmara, é responsável por tudo o que acontecesse na Câmara Municipal e não os seus colaboradores. O senhor Presidente da Câmara trouxe um relatório e afirmou que era um relatório final. Eu creio que não será a bancada do PS a decidir se este relatório é preliminar ou final. O senhor Presidente da Câmara disse que este relatório era final e nós temos que nos pronunciar perante algo que nos foi apresentado pelo senhor Presidente da Câmara. O segundo é um bocadinho contraditório, é que nós ouvimos relativamente ao primeiro relatório, à apreciação do primeiro relatório, a culpa é dos colaboradores. Foram uns errozitos cometidos pelos colaboradores. E, na segunda intervenção, relativo ao ponto dois, ouvimos aqui dizer que há um respeito enorme e inequívoco pelos colaboradores da Câmara Municipal de Sever do Vouga, portanto, eu creio que, no futuro, deve haver apenas uma linha de pensamento, uma linha de decisão, uma linha de comunicação para ser mais fácil nós entendermos qual é a vossa posição. Muito obrigado.-----

O Presidente da Assembleia Municipal pediu às bancadas do PSD e do CDS para procederem à entrega da recomendação à Mesa. Salientou que o documento apresentado propunha que a Assembleia Municipal tomasse uma posição no sentido de recomendar à Câmara Municipal, mais propriamente ao seu executivo, que elabore, urgentemente, uma nova estrutura orgânica adequada às reais necessidades do Município e, conseqüentemente, todos os instrumentos e formalidades legais necessárias. A Mesa aceitou o documento e o Presidente da Assembleia Municipal colocou o mesmo à discussão dos presentes. Não havendo qualquer inscrição, e antes de colocar a recomendação à votação dos membros da Assembleia Municipal, informou ter-se equivocado, anteriormente, quando tinha dito a João Oliveira que o PS poderia manter-se na sala durante a votação do ponto e esclareceu que, se não pretendiam votar, teriam mesmo de se ausentar da sala. Os membros da bancada do PS, à exceção de José Sousa e Luís Pedro, retiraram-se da sala. O Presidente da Assembleia Municipal colocou a recomendação à votação da Assembleia Municipal, tendo a mesma sido aprovada por maioria.-----

Vinte votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, Ana Tavares, Ana Silva, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Cláudia Cruz, Diana Paiva, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hermínio Martins, Isabel Tavares, José Lemos, Maria Pereira, Patrícia Santos, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sandra Pereira e Tânia Pinheiro.-----

Dois abstenções – José Sousa, Luís Pedro e Maria Martinho.-----

O Presidente da Câmara Municipal pediu a palavra ao Presidente da Assembleia Municipal tendo a mesma sido concedida.-----

Presidente da Câmara Municipal – Muito obrigado, senhor Presidente. Em primeiro lugar, esclarecendo de uma vez por todas, trata-se de um relatório preliminar porque são várias áreas-chave e o relatório final engloba oito relatórios preliminares, portanto, o relatório, naturalmente, é o relatório final e tem que ser analisado. Em termos de ser confidencial, é evidente que, todos nós que ocupamos cargos públicos temos de ter cuidado porque estamos a falar da vida das pessoas e também por falarmos da vida das pessoas e, sobretudo, por falarmos da vida das pessoas, nomeadamente os funcionários desta autarquia, é que é importante que esta parte dos Recursos Humanos seja resolvida o mais depressa possível porque eu percebo que, ao longo destes meses, houve muitos funcionários que viveram numa angústia permanente porque sabiam que, muitas das coisas não tinham sido feitas da forma correta e, de alguma forma, lhes foi sendo transmitida a ideia de que este executivo quase andava de uma forma persecutória atrás da legalidade. Eu não sou legalista. Para mim, antes até das próprias legalidades, estão as pessoas. E há uma coisa de que eu tenho a certeza absoluta. O anterior executivo nunca quis saber das

peessoas para nada. Se quisesse ter sabido das pessoas, teria feito as avaliações, nomeadamente no âmbito do SIADAP, que eram obrigatórias e nós, hoje, temos funcionários, cantoneiros por exemplo, com mais de sessenta e tal anos que se vão reformar com uma reforma ridícula porque nunca foram avaliados. Temos funcionários assistentes técnicos e assistentes operacionais que podiam estar a receber mais cinquenta, mais cem euros, para eles é muito dinheiro, se calhar para quem estava aqui não era nada, mas para eles é muito dinheiro, e que, se tivessem sido avaliados estariam a receber. E, aquilo que eu quero é que, no que diz respeito aos Recursos Humanos, resolver esta questão o mais depressa possível. E quero deixar muito claro o seguinte: da parte deste executivo haverá a preocupação de não prejudicar ninguém. Nós sabemos como é que as coisas foram feitas e porque é que as coisas foram feitas. Eu sei perfeitamente que houve a nomeação de chefes de gabinete com documentos assinados digitalmente e, de repente, aparece um manuscrito com uma data de 13 de setembro que era para “alegradamente” legalizar a situação. Eu sei muito bem da preocupação do anterior executivo que só se lembrou um mês antes das eleições de nomear assistentes técnicos, com décadas de casa, para técnicos superiores. Mas, isso foi o que eles fizeram. Eu não vou, seguramente, retirar nenhuma destas coisas que foram feitas porque o mal que foi feito foi não ter sido feito há muito mais anos porque eu até conheço as pessoas. Quando entrei na Câmara não conhecia. Quando entrei na Câmara se calhar pensava de uma forma diferente, mas hoje reconheço-lhes valor e, sobretudo, acho que merecem respeito da nossa parte e estejam absolutamente descansados, da nossa parte tudo faremos para vos ajudar. É para isso que estamos aqui. Agora, mais uma vez, os Severenses têm que saber o que se passou. Têm que perceber a forma como foram governados e têm de perceber um bocadinho aquilo que nós temos passado e assumir as suas responsabilidades. Eu quando ouço dizer, ainda há pouco, que os funcionários é que cometeram algumas ilegalidades, então foi o funcionário ou foi o vereador que andou a fazer negócios particulares com as empresas de construção a que, depois, era presidente do júri e, depois, dava-lhes obras. Foi algum funcionário que fez isto, ou foi um membro do executivo? Então, mas o Presidente da Câmara sabia ou não sabia? Eu sei que ele sabia. E a culpa é dos funcionários? Os funcionários não têm culpa nenhuma. Eu posso-vos dizer que, se calhar, muita gente que anda aí na rua pensa ao contrário. Encontrei aqui pessoas excelentes. Excelentes profissionais e sou o primeiro a defendê-los. Da parte dos Recursos Humanos nós iremos reunir, já na próxima semana, com muitos dos funcionários que vêm referidos e iremos procurar, naturalmente, organizar uma estrutura orgânica que funcione. Da forma como as coisas estão estruturadas, esta não faz sentido absolutamente nenhum. Tem que existir uma estrutura orgânica que funcione, de forma a Câmara ser mais célere, onde haja menos burocracia. Isso é que é importante. Agora, nós não podemos continuar a esconder e a fugir às questões. Da vossa parte, senhor deputado Jorge Graça, senhor deputado João Oliveira, eu não vos ponho em causa, não ponho de todo. De todo. Sei que vocês também não sabiam disto. Mas, aconteceu e o que aconteceu agora há que seguir em frente, há que apurar responsabilidades. Também não sou eu que as vou apurar. Quem tiver que as apurar que as apure porque o meu objetivo não é andar aqui a apurar responsabilidades. O meu objetivo é, encontramos esta situação, como tantas outras, resolver. E, a partir daqui, daqui a três anos, quando houver uma mudança, as pessoas que digam olhe a mim é muito mais importante que digam foi construído o largo do Couto no meu tempo ou o largo de São Mateus no meu tempo ou que tenha sido feita a estrada de Silva Escura a Dornelas no meu tempo ou que tenhamos colocado um parque infantil em cada uma das freguesias do que estar aqui a falar de legalidades porque, a mim, estas legalidades eu sei que são muito importantes, mas a mim interessa-me é as pessoas e a vida destas pessoas não pode continuar adiada. Nós temos que resolver a vida delas. Temos que reunir com elas, criar uma estrutura orgânica e procurar que elas fiquem descansadas porque eu sei que há funcionários que nem dormem a saber destas questões porque sabem que as coisas foram mal feitas. É só essa a minha preocupação. Dito isto, mais uma vez refiro que isto vai continuar a ser o prato do dia. Há

mais sete áreas-chave e posso-vos garantir que há áreas muito piores do que esta e eu queria era ter isto resolvido há meses, mas como as coisas são enviadas ao ralenti, provavelmente daqui a três meses ainda vamos andar a discutir isto, infelizmente. O que eu queria era estar a discutir, com toda a franqueza, com o senhor deputado Jorge Graça porque é que tal obra não avançou e devia ter avançado, porque isso é que realmente importa. Agora, nós temos que resolver isto antes de passar à frente e é só isso que eu quero transmitir.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----